

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 30 - Janeiro de 2017



Presidente: Antonio Vianna



Dureza na Caixa

O ano começa difícil na Caixa. Logo de cara, os empregados foram surpreendidos com a notícia de um plano de demissão voluntária. Tem ainda o equacionamento da FUNCEF, reajuste do plano de saúde e medidas como o RH 184.

Páginas 2, 3 e 4

Muitos desafios para 2017



Em seminário, AGECEF-BA define atividades para este ano

O ano começa com mudanças na Caixa que exigem dos gestores ações efetivas em defesa do banco e a AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa), ciente do seu papel, inicia os trabalhos de 2017 com um encontro bastante participativo e democrático, com importantes definições para o ano.

Quem marcou presença no seminário realizado no Sol Victoria Marina, em janeiro, sabe. Em 2016, muitas ações foram realizadas, mas 2017 vai exigir mais. O cenário no banco é difícil, com medidas que impõem perdas aos gestores e demais empregados. Portanto, é fundamental a participação nas atividades.

A agenda inclui ações contra o normativo RH 184, a participação da AGECEF-BA em debates importantes para o segmento gerencial, como o ENEAGECEF, que ocorrerá no dia 18 de fevereiro, em Natal, e o ENAGECEF, em março, São Paulo.

A Associação de Gestores da Caixa também amplia as atividades na Bahia. Além dos encontros quinzenais na AGECEF, o ca-

lendário prevê reuniões virtuais e presenciais no interior do Estado e realização do CPA-10 e CPA-20 nas regionais.

Tem ainda um seminário amplo que a AGECEF-BA pretende realizar no início do segundo semestre, com

a presença de gestores de todo o Estado, para debater questões jurídicas que envolvam o segmento gerencial e tentar fazer um debate com FUNCEF, PREVIC e ANBERR. Os associados também podem contribuir com essa pauta, sugerindo assuntos para serem tratados nas ferramentas de comunicação da AGECEF-BA. Vale tudo. Desde questões sobre saúde até condições de trabalho.

Mais associados

A cada dia o gestor da Caixa tem percebido a importância de participar e estar sempre bem representado. O atual momento, de ameaças a todos os empregados do banco, inclusive o segmento gerencial, requer uma parceira forte com as associações representativas.

Na Bahia, os gestores sabem disso e têm procurado cada vez mais a AGECEF-BA. O resultado é visto em números. No ano passado, o quadro de associados cresceu 9,26%. Desde janeiro de 2013, a elevação foi de 47%.

O crescimento é bastante significativo e mostra que o trabalho realizado pela Associação de Gestores da Caixa tem sido visto e reconhecido pelo segmento gerencial, o que exige cada vez mais compromisso, mas, sobretudo, a participação de todos na construção da AGECEF-BA.



Ampla participação dos gestores no seminário de planejamento da AGECEF-BA

A união faz a força

Em eleições municipais, estaduais e nacionais, o cidadão, por meio do voto, escolhe seus representantes. Na AGECEF, a relação é semelhante. Além de diversos benefícios, o gestor que se associa tem o poder de eleger a diretoria e acompanhar com transparência o trabalho executado na Associação.

A analogia é para mostrar a importância em caminhar lado a lado da AGECEF e fortalecer os debates e ações por melhores condições de trabalho e atenção ao segmento. Quanto mais o gestor andar junto

com a Associação, mais poder e legitimidade ela terá para cobrar mudanças na política de gestão da Caixa. E 2017 vai exigir muito essa participação e sinergia.

Comece o ano fortalecendo a AGECEF-BA. É fácil se associar. Basta acessar o site (www.agecefba.com.br), clicar na aba Associe-se, baixar o arquivo, imprimir, preencher e enviar via malote para a agência Pituba, aos cuidados da AGECEF-BA. Se pintar uma dúvida, ligue para (71) 3347-1618 ou envie email para agecef@agecefba.com.br.





Entidades vão à Justiça contra os abusos cometidos pela Caixa por meio do RH 184

FENAG ajuíza ação contra o RH 184

A FENAG (Federação Nacional das Associações de Gestores da Caixa) acaba de ingressar com ação civil coletiva contra a Caixa. A intenção é anular os efeitos da versão 033 do RH 184 e garantir amplo acesso ao direito à incorporação como prevê a Súmula 372 do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Antes da decisão, a FENAG tentou, por meio administrativo e do debate, buscar uma solução para a questão do descomissionamento motivado, mas a direção do banco foi inflexível. Diante de uma proposta considerada insuficiente, uma vez que mantém os artificios para dificultar a incorporação da função, a Federação recorreu à Justiça.

Vale destacar que a FENAG vem alertando que a administração da Caixa estava cometendo um equívoco, pois ao invés de atacar a causa do problema, atacou o efeito. Também lembra que, certamente, a Justiça será amplamente procurada por aqueles que se sentirem atingidos em seu direito, o que vai gerar

mais um passivo trabalhista para o banco.

O que a empresa precisa é de pessoas que se sintam motivadas, desafiadas a seguirem em sua carreira na Caixa, alçando o crescimento e o desenvolvimento profissional e não empregados desmotivados e doentes, em decorrência da política equivocada da instituição financeira.

O RH 184

Embora tenha sofrido algumas alterações decorrentes das reuniões do grupo de trabalho, o RH 184 tem sido utilizado para cortar a remuneração de empregados comissionados pela “suspeita” do cometimento de falta funcional grave. Os bancários ainda passam por avaliação periódica e aquele que não bate meta corre risco de ter a função retirada. A medida causa sérios prejuízos. Muitos bancários perderam boa parte do salário. O fato compromete, sobretudo, a saúde do empregado.

Mundo desenvolvido protege empresas nacionais. O Brasil, não

Enquanto os países desenvolvidos ampliam as políticas de proteção às empresas nacionais, o Brasil faz o caminho contrário. Recentes medidas do governo federal têm reduzido o papel das estatais. Em alguns casos, fatias das empresas estão sendo vendidas às multinacionais. É o caso da Petrobras.

Os bancos públicos também perdem espaço e importância. Recentemente, o Banco do Brasil diminuiu o número de funcionários e de agências em todo o país. A Caixa estuda fazer o mesmo.

Com a desculpa de “aumento da eficiência”, a direção da instituição financeira anunciou que pretende reduzir o quadro de pessoal e fechar agências. Justamente em um momento em que centenas de municípios, para enfrentar a crise, precisariam de uma atuação mais ofensiva dos bancos.

A sociedade brasileira precisa reagir enquanto ainda há tempo. Não existe no mundo uma nação forte sem empresa nacional consolidada que possa atuar estrategicamente em defesa do país.

Plano de demissão piora condições de trabalho

Se a situação nas agências da Caixa está ruim, pode piorar ainda mais com o plano de demissão voluntária que a direção do banco está prestes a lançar. Até o fechamento desta edição, a proposta estava no Ministério da Fazenda para aprovação e não se tinha certeza da data de sua divulgação; no entanto, os rumores dão conta que a medida é para já.

A intenção é que 10 mil empregados entrem no Plano de Demissão Voluntária - PDV, que deve ser voltado especialmente para aqueles que já podem se aposentar e continuam trabalhando mas, especula-se que o plano promete atingir outras situações de empregados em função do tempo de serviço. Segundo o banco, 20 mil trabalhadores estariam dentro das regras.

A medida prevê ainda o fechamento de agências em todo o país. Caso saia do papel, será o caos para empregados e clientes. A sobrecarga de trabalho vai aumentar ainda mais e o atendimento será seriamente comprometido. A Caixa é a principal mantenedora dos programas de inclusão social, tem uma carteira de clientes em expansão, portanto, deveria ter mais investimento e não ter o papel reduzido, como vem sendo feito há alguns anos.

Os números mostram. O banco, em 2014, tinha pouco mais do que 101 mil empregados e 3 mil agências. Depois dos sucessivos planos de incentivo à aposentadoria e da falta de contratação, o quadro reduziu para cerca de 95 mil. Caso a previsão da direção da empresa se concretize, em breve serão 85 mil bancários para dar conta de milhões de clientes em poucas unidades.

Muitos dizem que é o caminho para a privatização. Mas o fato é que a atual gestão da Caixa tem trabalhado duro para acabar com o papel social do banco, que se não for vendido, será drasticamente reduzido, incapaz de competir com os gigantes privados.



Sem empregado, Caixa é um caos total

FUNCEF foge do debate sobre equacionamento

Os participantes do REG/REPLAN salgado e não salgado terão de desembolsar um bom dinheiro para cobrir o déficit do fundo de pensão. A FUNCEF, que deveria trabalhar em defesa dos assistidos, tenta maquiagem a situação e foge do debate transparente.

Recentemente, a Fundação apresentou a tabela de equacionamento às entidades representativas. Os quase 57 mil par-

ticipantes e assistidos do REG/REPLAN salgado, o maior e mais antigo da FUNCEF, já estavam tendo descontados, extraordinariamente, 2,78% dos contracheques para cobrir o rombo de 2014.

Agora, para o déficit de 2015, a contribuição adicional subirá para incríveis 10,68% ao mês pelo período de 17 anos e meio. Neste plano, o rombo acumulado que precisa ser equacionado é de R\$

6,69 bilhões.

Os 5,5 mil participantes do REG/REPLAN não salgado também terão de fazer a contribuição extra. Os percentuais variam de acordo com o nível dos salários e benefícios – de 2,53% ao mês a 22,91% ao mês por quase 20 anos. A parte do rombo de 2015 que precisa ser equacionada neste plano é de R\$ 1,023 bilhão. Junto com a contribuição mensal por volta de 12% do

salário ou benefício, o corte no contracheque pode ultrapassar um terço.

Os valores, apresentados sem qualquer fundamentação clara, deixam evidente que a intenção era apressar a cobrança aos empregados e assistidos e preservar a Caixa do desembolso, haja vista o altíssimo percentual que os assistidos terão de pagar. As novas cobranças seriam a partir de fevereiro, mas foram postergadas por 60 dias, devido ao pedido de adiamento da FUNCEF à PREVIC, em razão de “questões relacionadas à proporcionalidade das contribuições extraordinárias, tendo em vista entendimento divergente emanado pela PREVIC, relativamente à atual paridade entre a CAIXA e os participantes e assistidos.”. Nota-se nesta justificativa da FUNCEF a forma atabalhoada e precipitada como ela tentou jogar a carga nas costas dos participantes e assistidos. A AGECEF-BA está atenta ao resultado dessa manobra e acompanhará o desdobramento desse enredo.

Critério por Salário ou Benefício Efetivo	Aliquota de Contribuição Extraordinária Participantes	Valor Redutor*	Aliquota de Contribuição Extraordinária Assistidos	Valor Redutor*
Até ½ Teto INSS	2,53%	-	4,94%	-
De ½ Teto INSS até 1 Teto INSS	4,22%	R\$ 43,85	8,23%	R\$ 85,37
A partir de 1 Teto INSS	11,75%	R\$ 434,65	22,91%	R\$ 847,24

Justiça suspende reajuste no Saúde Caixa

Os empregados da Caixa tiveram uma importante vitória. A Justiça concedeu liminar suspendendo as alterações na forma de custeio e contribuições do plano de saúde, anunciadas pela administração do banco no fim de janeiro. A decisão vale para todos os empregados, pensionistas e aposentados da instituição financeira. A ação foi protocolada pela Fenae e o Sindicato dos Bancários de Brasília. Na Bahia, um processo igual tramita na Justiça.

A direção da empresa havia comunicado um reajuste nas mensalidades do Saúde Caixa para todos os trabalhadores da ativa e aposentados. O índice sairia de 2% para 3,46% da remuneração base. Além disso, a coparticipação das despesas assistenciais subiria de 20% para 30% e o novo teto anual de coparticipação seria de R\$ 4.200,00.

A medida descumpra o acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2016, assinado pela direção do banco. A cláusula 32 determina que “o titular do Saúde Caixa contribuirá com mensalidade no valor de 2% da remuneração base. O titular



Liminar da Justiça suspende reajuste do Saúde Caixa. Decisão vale para todo o país

contribuirá também com coparticipação de 20% sobre o valor das despesas com a utilização do Saúde Caixa, pelo grupo familiar, limitada a um teto anual de R\$ 2.400,00”.

Para justificar o aumento, a administração da empresa argumenta que estudos atuariais apontam insuficiência das contribuições, o que coloca em risco a qualidade da cobertura do plano de saúde. Mas

a justificativa não é verdadeira. Dados do próprio banco revelam que os próximos anos serão de superávit. Para este ano, em um cenário pessimista, a estimativa é de R\$ 36,6 milhões. Em 2018, de R\$ 13,8 milhões e em 2019, R\$ 13,4 milhões. A projeção melhora em um cenário positivo. Serão R\$ 42,2 milhões neste ano, R\$ 27,1 milhões em 2018 e R\$ 13,4 milhões em 2019.